

Da memória à narrativa testemunhal: o jornal *A Sirene* como discurso de resistência à mineração

From Memory to Testimonial Narrative: An Analysis of A Sirene Newspaper as a Discourse of Resistance Against Mining

Paulo Henrique Aguiar Mendes

Universidade Federal de Ouro Preto
(UFOP) | Ouro Preto | MG | BR
paulo.mendes@ufop.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-0584-0669>

**Flávia Aparecida
Ribeiro Soares**

Universidade Federal de Ouro Preto
(UFOP) | Ouro Preto | MG | BR
flaviaribeirosoares@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-2953-3287>

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o Jornal *A Sirene* como instância produtora de narrativas testemunhais que constituem práticas discursivas de resistência das populações atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão (Mariana) em 2015. Passados quase dez anos desse acontecimento, o jornal continua sendo uma ferramenta de preservação da memória e de mobilização dessas comunidades contra o poder hegemônico das empresas de mineração (Samarco/Vale e BHP Billiton) e a impunidade relativa à efetiva reparação dos danos causados pelo maior crime socioambiental do país. No momento em que grande parte dessas comunidades discute o Novo Acordo de Repactuação, aprovado em novembro de 2024, é relevante e oportuno analisar as estratégias discursivas testemunhais utilizadas pelos atingidos e publicadas nesse jornal, que se tornou o seu principal veículo de comunicação e de luta contra o esquecimento, o trauma e a injustiça. A fundamentação teórica e metodológica utilizada integra categorias de diferentes abordagens, destacando-se o conceito de atingidos/pessoas atingidas (Gomide *et al.*, 2018; Souza; Carneiro, 2019), a relação entre as noções de memória (Ricoeur, 2007; Paveau, 2015) e de testemunho (Amossy, 2004, 2011; Tocaia, 2024; Seligman-Silva, 2010; Nascimento, 2007); e ainda, a sua articulação com a análise pragmática da narrativa (Motta, 2013; Ricoeur, 1994). A metodologia caracteriza-se como uma abordagem qualitativa de natureza heurística, desenvolvendo-se em função de excertos recortados do jornal em questão.

Palavras-chave: memória; narrativa testemunhal; discurso de resistência; jornal *A Sirene*.



Abstract: This article aims to analyze the newspaper *A Sirene* as a producer of testimonial narratives that constitute discursive practices of resistance by the populations affected by the Samarco dam burst (Mariana) in 2015. Nearly a decade after the event, the newspaper remains a tool for preserving memory and mobilizing these communities against the hegemonic power of the mining companies (Samarco/Vale and BHP Billiton) and the ongoing impunity regarding effective reparation for the damages caused by the largest socio-environmental crime in Brazil's history. At a time when many of these communities are discussing the New Reparation Agreement, approved in November 2024, it is both relevant and timely to analyze the testimonial discursive strategies employed by the affected populations and published in this newspaper, which has become their main means of communication and resistance against oblivion, trauma, and injustice. The theoretical and methodological framework draws on categories from different approaches, highlighting the concept of affected individuals/affected populations (Gomide *et al.*, 2018; Souza; Carneiro, 2019), the relationship between the notions of memory (Ricoeur, 2007; Paveau, 2015) and testimony (Amossy, 2004, 2011; Tocaia, 2024; Seligmann-Silva, 2010; Nascimento, 2007), and their articulation with the pragmatic analysis of narrative (Motta, 2013; Ricoeur, 1994). The methodology is characterized as a qualitative approach of heuristic nature, based on excerpts selected from the newspaper in question.

Keywords: memory; testimonial narrative; discourse of resistance; *A Sirene* newspaper.

1 Introdução

Neste artigo pretendemos realizar uma análise de narrativas testemunhais como práticas discursivas de resistência presentes no jornal *A Sirene*.¹ Esse jornal foi produzido em função da tragédia do rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (doravante BRF), da mineradora

¹ Criado em 05 de fevereiro de 2016, o jornal *A Sirene* possui regularidade mensal. Trata-se de um jornal escrito no formato tabloide por indivíduos na condição de atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e por grupos de apoio. O jornal, produzido em 16 páginas, tamanho A3, tem tiragem regular de 2.000 exemplares,

Samarco em Mariana (MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, e de seus desdobramentos socioambientais, políticos e jurídicos ao longo dos quase dez anos desse acontecimento criminoso. Para além da morte de dezenove pessoas, entre trabalhadores e habitantes da região, da devastação de distritos e municípios ao longo da Bacia do Rio Doce até a sua foz no Espírito Santo, pela “lama de rejeitos” de cerca de 40 milhões de metros cúbicos, acumulam-se relatos de protelação das decisões das autoridades judiciais, de impunidade e de abuso de poder econômico por parte das grandes empresas mineradoras responsáveis por esse crime, bem como de má governança e de manipulação da entidade criada em 2016 para conduzir o processo reparatório, a saber, a Fundação Renova, extinta em outubro de 2024, com o Novo acordo de repactuação.² O Novo Acordo, conhecido como Acordo de Mariana, homologado pelo STF, deu nova visibilidade ao acontecimento do rompimento da BRF, reavivando o seu processo de semiotização nas esferas midiática, empresarial, política, jurídica e civil/cidadã. Não obstante, a luta dos atingidos, embora possa ter sido negligenciada, nunca deixou de ser travada em todas essas instâncias. Aqui, destacamos especialmente a atuação do jornal *A Sirene*, “feito pelos atingidos e para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação das suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para não esquecer” (JORNAL A SIRENE, Mariana, Ed. 0, 6 de junho de 2016, p.2).

Com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais, coletivos e colaboradores, o jornal chegou, em março de 2025, ao número expressivo de 102 (cento e duas) edições. No dia 5 de cada mês (data que marca a tragédia), é lançada uma nova edição do jornal, que, em seu nono ano de existência, continua cumprindo o papel de memória testemunhal do(a)s atingido(a)s pelo crime socioambiental do rompimento da BRF, edificando uma memória social e cultural que pode e deve ser amplificada e dinamizada no decorrer do tempo.

Sendo assim, o Jornal *A Sirene* consiste no esforço de promover a inclusão dos discursos de resistência das comunidades em situação de vulnerabilidade social em padrões de acesso mais afeitos à complexidade comunicacional da sociedade contemporânea, na qual a narrativa testemunhal dos atingidos assume visibilidade através da mediação dos grupos de apoio. Podemos dizer que essa iniciativa constitui uma ação cidadã que visa a empoderar populações destituídas do exercício da cidadania, num país historicamente caracterizado pela desigualdade social e pela exclusão dessas populações, em razão da hegemonia das formas de dominância econômica, social, midiática e política.

Na sequência, faremos um breve comentário sobre o crime socioambiental do rompimento da BRF e sobre o conceito de pessoas atingidas, para, em seguida, buscar analisar como se constrói discursivamente a identidade coletiva dessas comunidades que se autodenominam “atingida(o)s por barragens” no contexto do crime socioambiental da BRF, especialmente do ponto de vista da narratividade de sua memória testemunhal e de suas formas de vida e de resistência, através da prática de linguagem que se traduz pelo jornal *A Sirene*.

que são distribuídos, gratuitamente, entre a comunidade de atingidos e membros da sociedade marianense presentes no ato de lançamento de cada edição (Mendes; Menezes, 2016).

² O Novo Acordo foi assinado pelas empresas Samarco (responsável pela barragem do Fundão), Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana), que controlam a Samarco; pela Advocacia-Geral da União (AGU), governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, Procuradoria-Geral da República (PGR) e Defensoria Pública da União; Ministérios Públicos de MG e do ES e Defensorias Públicas dos dois estados, destinando R\$ 132 bilhões em dinheiro novo para ações de reparação e compensação.

2 O crime socioambiental do rompimento da BRF e o conceito de “pessoas atingidas”

Em linhas gerais, o que observamos em crimes socioambientais, como o do rompimento da BRF, é a predominância de impactos socioeconômicos e ambientais sobre populações já em situação de vulnerabilidade por outros fatores sociais, econômicos e políticos, o que é tratado na literatura crítica como “injustiça ambiental”³. Podemos, pois, afirmar que, em sociedades desiguais, são os grupos étnica e racialmente discriminados e as populações de baixa renda – enfim, grupos vulneráveis e marginalizados – que arcam com os maiores prejuízos causados pelos danos ambientais gerados pelo suposto desenvolvimento econômico, a exemplo da desigualdade das condições materiais em disputa entre as empresas mineradoras e as pessoas atingidas, ou seja, uma relação entre grupos economicamente hegemônicos e pessoas comuns.

Ao grupo de pessoas que sofre os efeitos da atividade minerária vem-se convencendo chamar de “atingidos”, especialmente na literatura crítica à mineração, a despeito das tentativas dos representantes desse setor de qualificá-los como “afetados” ou “impactados”, e não como “atingidos”. Nas palavras de Souza e Carneiro (2019):

Assim como todo o léxico da mineração, a palavra “atingido” tem o seu significado em disputa, porque ela tende a promover uma identificação entre as pessoas que sofrem os efeitos das atividades minerárias, reforçando o sentimento de pertencimento a um campo de luta por direitos, o que se intensifica pela existência de um movimento social que leva a palavra “atingido” no seu próprio nome, que é o ‘Movimento dos Atingidos por Barragens – (MAB)’. Ressalte-se que nos trabalhos de campo desenvolvidos pelo GEPSA,⁴ bem como nas suas publicações, a palavra “atingido” tem dado lugar à expressão “pessoas atingidas”, como forma de problematizar a violência de gênero reproduzida pela linguagem, particularmente pela língua portuguesa, que utiliza a flexão de gênero para o masculino como forma de universalização do seu significado (Souza; Carneiro, 2019, p. 191-192).

Dentro desse léxico próprio que o contexto nos oferece, as pessoas atingidas por rompimento de barragens caracterizam-se por terem diminuída a sua capacidade de enfrentar a ameaça de perda ou a perda efetiva de direitos diante do desequilíbrio na correlação de forças nas negociações com as empresas. Segundo o *Dicionário Crítico da Mineração*, “são considerados ‘atingidos’ os indivíduos e grupos que sofrem com os impactos da mineração, mesmo os desconsiderados oficialmente pela avaliação de impacto ambiental, mineradoras e pelo poder público” (Gomide *et al.*, 2018, p.31). Essas pessoas, que têm diminuída a sua capacidade de defesa de direitos, deveriam receber um tratamento jurídico especial que lhes assegurasse condições iguais para tratar com os grupos e instituições cujos interesses se opõem aos seus, interesses esses geralmente acompanhados de uma desigualdade de condições materiais, técnicas e epistemológicas. De um lado, uma das maiores forças do poder econômico mundial (a indústria extrativista de mineração) e, do outro lado, pessoas ou grupos de pessoas que, geralmente, têm seus modos e projetos de vida vinculados a pequenas comunidades.

³ Sobre o tema conferir Acselrad, H.; Herculano, S.; Pádua, J. A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, entre outros.

⁴ Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da UFOP.

É evidente que os grupos vulneráveis sofrem desproporcionalmente os custos do suposto desenvolvimento econômico proporcionado pela mineração.

Assim, de acordo com o que determina o regime jurídico dos direitos humanos, fica caracterizada a situação de vulnerabilidade das pessoas atingidas e a consequente violação de direitos humanos (violação ao direito à propriedade, à saúde, ao meio ambiente equilibrado, à água, à integridade pessoal, à moradia etc.). Diante disso, é de responsabilidade do Estado brasileiro tomar as providências necessárias para garantir a reparação devida e a proteção necessária para que tais violações não voltem a acontecer. Recorremos mais uma vez à abordagem de Souza e Carneiro (2019), que afirmam:

No caso dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, trata-se de vítimas de um “desastre criado”, causado por uma empresa que desenvolve atividade econômica poluidora, que está, portanto, sujeita à disciplina da responsabilidade civil ambiental (...). Por essa razão, resulta incontroversa a responsabilidade civil das empresas Samarco (proprietária da barragem), Vale e BHP Billiton (proprietárias da Samarco) pelo rompimento da barragem de Fundão e pelos danos decorrentes desse desastre. (Souza; Carneiro, 2019. p.195).

Nessa perspectiva, ressaltamos que a relevância do crime socioambiental do rompimento da barragem de Fundão não se deve apenas à gravidade dos seus impactos, nem às repercussões políticas, jurídicas e econômicas que dele decorreram, a exemplo do Novo acordo de repactuação e do valor global das reparações em disputa, mas, sobretudo, pelo “reconhecimento dos direitos das pessoas atingidas, que trarão implicações futuras para situações semelhantes e possivelmente para a construção de um marco regulatório dos desastres no Brasil” (Souza e Carneiro, 2019. p. 206). Pelo menos é o que se espera e é para isso que as pessoas atingidas lutam.

3 Acontecimento, memória e testemunho

Da perspectiva de uma análise da narrativa testemunhal acerca do rompimento da BRF através do jornal *A Sirene*, vale destacarmos, nesta seção, as relações constitutivas que se estabelecem entre o acontecimento, a memória e o testemunho. Numa análise anterior sobre *A Sirene* (Mendes; Menezes, 2016, p.1055), postulamos que o jornal “constitui um processo de discursivização de um acontecimento de proporções catastróficas, que teve repercussão internacional, sendo considerado o maior desastre socioambiental do país”. Nesse sentido, analisamos o jornal *A Sirene* como acontecimento discursivo⁵, engendrado em função do rompimento da BRF em Mariana (MG), enquanto acontecimento histórico, que passou a ser inscrito na memória coletiva da sociedade em geral, e, mais especificamente, da Região dos Inconfidentes em Minas Gerais. Interessa-nos, pois, desenvolver agora um comentário sobre a noção de memória, articulando-a e avançando na formulação sobre a questão do testemunho.

⁵ Há diversas formulações em diferentes áreas de conhecimento acerca da noção de acontecimento. Mencionaremos aqui apenas a abordagem de Pêcheux, que destaca a noção de acontecimento discursivo na terceira e última fase de sua obra, definindo-o como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2006, p.17)

Ressaltamos inicialmente a abordagem de Ricoeur (2007), para quem seria preciso distinguir, na linguagem, a memória como visada e a lembrança como coisa visada, estabelecendo uma fenomenologia das lembranças, de modo que a memória é uma capacidade e um processo (operação), enquanto as lembranças são “representações” produzidas por essa capacidade/processo de memória, relacionadas especialmente aos acontecimentos e às vivências. Nas palavras do autor:

É de fato o esforço de recordação que oferece a melhor ocasião de fazer “memória do esquecimento” (...). A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo (...), ao sepultamento, no esquecimento. Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo (...) (Ricoeur, 2007, p.48).

Ao tratar dos “lugares de memória”, o autor afirma que o corpo constitui o lugar primordial, o aqui em relação ao qual todos os outros lugares são lá. Nesse aspecto, a simetria entre espacialidade e temporalidade é completa: ‘aqui’ e ‘agora’ ocupam a mesma posição entre os dêiticos que pontuam a nossa linguagem (Ricoeur, 2007, p.57). É também bastante significativo que Ricoeur (2007, p.59) enfatize que “a transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, acima de tudo, habitar”. Cabe ressaltar que a noção de “lugar de memória” foi formulada por Nora (1993)⁶ e amplamente explorada em diversas áreas de conhecimento, sendo retomada, entre outros autores, por Orlandi (2020) numa perspectiva discursiva. Segundo a autora, “os aspectos material, funcional e simbólico coexistem nos lugares de memória. Pode tratar-se de um monumento, ou de uma pintura, de arquivos, ou de um museu” (Orlandi, 2020, p.515). Nesse sentido, o jornal *A Sirene* pode ser concebido como um “lugar de memória”⁷, instanciando e enunciando a memória testemunhal e “autobiográfica” do(a)s atingido(a)s pelo crime socioambiental do rompimento da BRF, com vistas à constituição de uma memória social e cultural. Vejamos o seguinte excerto:

1) Minha vida lá

A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida. Trata-se de um modo de configurar a identidade de alguém ou de uma comunidade, um jeito singular de habitar um espaço e, ainda, de projetar expectativas para o futuro. Os atingidos, cada um a seu modo, guardam histórias que foram construídas nas comunidades às quais pertencem. A onda de lama foi forte, mas não o bastante para diminuir essas recordações. É desse lugar que muitos tiram energia para enfrentar um cotidiano de adversidades. (Por Marcos Muniz, Maria das Graças Quintão, Maria das Graças Lima Bento, Sérvulo Caetano da Silva, Silvana Aparecida da Silva, Com apoio de Ana Laura Rangel, Daniela Felix, Silmara Filgueiras– *Jornal A Sirene*, Mariana, ano 2, edição n. 20, novembro/2017)

⁶ Segundo Nora (1993, p.12), “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”.

⁷ Sobre o jornal como lugar de memória, ver SANTOS, R. M. O Jornal como lugar da memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. *OPIS Revista do Niesc*, v. 2, n. 2, p. 67-75, jul/dez, 2002.

Esse excerto ilustra a relevância da dimensão da memória no processo de (re)construção discursiva da identidade dos atingidos, apresentando uma definição da memória do ponto de vista de seus próprios relatos. Nesse excerto, o título é o que indicia de forma mais explícita a ancoragem dêitica do enunciado – “Minha vida lá” –. Enquanto o pronome na primeira pessoa autorrefere elocutivamente o sujeito da enunciação, o advérbio de lugar instancia o tempo-espço passado da vida nas comunidades, como lugar de memória. O restante do texto é enunciado delocutivamente (na terceira pessoa), expondo justamente o valor da memória como “forma de viver e refazer o passado”, ou ainda, “um jeito de habitar um espaço”, ecoando claramente a abordagem de Ricoeur. Chama também atenção o processo de metaforização presente no excerto, a exemplo do trecho “os atingidos, cada um a seu modo, guardam histórias construídas nas comunidades”, ao qual se encadeia a expressão figurada “a onda de lama foi forte, mas não o bastante para diminuir as recordações” das quais as pessoas “tiram energia para enfrentar um cotidiano de adversidades”. A metáfora instancia um grau significativo de subjetivação presente no texto em questão, aludindo à corporalidade e aos lugares de memória, de modo a enfatizar o poder das recordações das comunidades. Se cada um recorda ao seu modo, a memória da comunidade se erige como força coletiva que unifica a identidade do(a)s atingido(a)s.

Falar de memória significa, portanto, concebê-la sob um enfoque que enfatize a relação de interface entre a sua dimensão social e individual. Nessa perspectiva, a memória não se restringe àquela de ordem cognitiva, mas se constitui como construção social, situando-se num espaço que medeia a experiência que os membros de uma comunidade específica possuem acerca de suas vivências humanas. A dimensão social de que se reveste a memória pressupõe sempre uma relação de partilha cultural no seio do grupo social em questão. Essa concepção converge com a formulação da noção de memória cognitivo-discursiva (Paveau, 2015), que nos parece mais pertinente para lidar com a complexidade das práticas de linguagem. Tal formulação não só reconhece o princípio da “mente corporificada” (consequentemente, do corpo como lugar de memória fundamental), mas avança na direção da cognição social, enquanto fenômeno emergente em condições históricas e culturais, resultante de ações discursivas de sujeitos socialmente relacionados. E mais: assume o caráter dinâmico e distribuído da cognição, no sentido de ser processada não só de maneira multimodal pelos sujeitos, mas também de estar inscrita e de circular por meio de uma gama extremamente complexa e variável daquilo que a autora chama de “ferramentas da tecnologia discursiva” (a exemplo dos meios de comunicação como o jornal, dos *smartphones*, entre outros). Nas palavras da autora.

Propus uma versão cognitiva da memória (inter)discursiva em *Os pré-discursos* (Paveau, 2013 [2006]). Minha intenção era apreender a elaboração das representações de uma maneira pós-dualista, ou seja, considerando ao mesmo tempo as representações internas individuais e as representações externas (o que me propõe a realidade exterior como disparadores de memória e apelos aos meus enquadres de saber). Pretendia mostrar que nossa memória, seja discursiva ou não, estava distribuída nos ambientes, em particular na memória dos outros, evidentemente, mas também nos elementos não humanos que nos cercam e que constituem nossos ambientes de vida: lugares e objetos são também apoios à nossa memória, incluindo aí nossa memória discursiva (Paveau, 2015, p. 147).

Nesses termos, a autora se propõe a ultrapassar uma visão estática e/ou estocástica da memória, para concebê-la como um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. Paveau (2015) destaca três dimensões de sua noção de memória que justificam a articulação entre o cognitivo e o discursivo. A primeira delas relaciona-se à natureza ativa da memória enquanto processo (re)construtivo, ou ainda, de (re)categorização do mundo e, por conseguinte, de recriação do vivido, no sentido de “reelaborar” discursivamente o passado em função do presente enunciativo. A segunda dimensão refere-se às ligações memoriais, inscritas no desenrolar da história, as quais, segundo a autora, são fundamentais para a produção dos discursos e distribuição dos saberes e crenças, de um ponto de vista tanto sincrônico quanto diacrônico. A terceira e última dimensão diz respeito ao papel fundamental dos afetos e emoções na constituição e no funcionamento da memória cognitivo-discursiva, o que é pertinente em relação a uma concepção experiencial das interações e da produção de sentido. Nessa perspectiva, o excerto (1) comentado acima nos serve para ilustrar também essa última formulação sobre a memória, a exemplo do enunciado: “A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida”, o qual sintetiza intuitivamente, do ponto de vista do(a)s atingido(a)s, a proposta teórica de Paveau. Assim, expressões como “refazer o passado”, “histórias que foram construídas nas comunidades” e “sentir no presente” remetem claramente à memória como processo ativo de recategorização, vinculada a linhagens memoriais comunitárias fortemente marcadas pelas emoções, além de estar inscrita (distribuída) na tecnologia discursiva que se traduz pelo jornal *A Sirene*.

Há outro aspecto da formulação de Paveau (2015) que nos interessa reter aqui, como forma de fazer uma transição para uma discussão mais efetiva sobre as noções de testemunho e de narrativa testemunhal. Tal aspecto pode ser observado a partir da seguinte citação da autora:

A memória supõe o esquecimento, evidentemente, integrando-o em seu funcionamento, que se dá, por sua vez, de maneira muito heterogênea e nunca linear. Há memórias transmitidas, memórias inventadas, memórias substituídas, o que Robin chama de (des)memória, ponto que retomarei mais adiante, mas igualmente memórias erradicadas, que somente existem por essa erradicação prévia, memórias traumáticas, que recubro com o conceito de a-memória (Paveau, 2015, p. 141).

Não vamos nos deter em detalhes dessa proposta de Paveau, mas nos apropriamos dessas noções para refletir sobre os processos discursivos que configuram o jornal *A Sirene*. Desde o seu primeiro número, o jornal se coloca como instrumento de preservação da memória e do patrimônio cultural, bem como de afirmação da identidade e dos direitos do(a)s atingido(a)s, lutando contra as estratégias de “desmemória” (tentativas de apagamento e/ou substituição da memória dessas comunidades), agenciadas pelas mineradoras e seus representantes, como a Fundação Renova. Mas não é só isso: *A Sirene* é também uma ferramenta discursiva através da qual essas populações tentam lidar com as suas memórias traumáticas e sobreviver ao processo de erradicação de suas lembranças, ainda que estas sejam feitas de reminiscências de perdas irreparáveis.

- 2) 5 de novembro de 2016. Talvez o dia mais triste desde um ano, quando a vida de milhares de pessoas foi bruscamente alterada pelo maior desastre tecnológico, social, ambiental que já presenciamos. Ter a certeza de que podia ter sido evitado – como indica a denún-

cia do Ministério Público Federal – amplia as angústias, ainda longe de serem resolvidas. Perder família, casa, saúde, trabalho, terra, praça, igreja, rio, praia; perder história. Viver o luto e ao mesmo tempo ter que se fortalecer para não perder ainda mais. Essa tem sido nossa rotina de atingidos pela barragem de Fundão. Nesse caminho, exercer o direito de contar a própria história se faz cada vez mais importante. O que escolhemos dizer nesta edição – histórias de luto e de luta – nos ajuda a reconstruir memórias e esclarecer fatos que ainda precisam de atenção. Lembrar da última noite, do que se conseguiu salvar, trazer histórias de quem não teve que fugir da onda de rejeitos, mas também convive com lembranças difíceis. (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 8, novembro/2016, p. 2).

Esse excerto do editorial da edição de um ano do acontecimento do rompimento da BRF mostra o caráter traumático da memória dos atingidos – “Perder família, casa, saúde, trabalho, terra, praça, igreja, rio, praia; perder história. Viver o luto e ao mesmo tempo ter que se fortalecer para não perder ainda mais (...)” –. Essa memória é feita de perdas, de luto, mas também de luta para “exercer o direito de contar a própria história”, o que “se faz cada vez mais importante” diante das ameaças de “desmemória” produzidas pelas ações e discursos das empresas de mineração (especialmente através da Fundação Renova), entre outras instâncias de poder hegemônicas. Avançaremos sobre essa questão mais à frente; antes disso, vamos aprofundar a reflexão e a discussão sobre o caráter testemunhal das narrativas do jornal.

4 Do testemunho à narrativa testemunhal: *A Sirene* entre testis e superstes

A questão do testemunho é complexa e pode ser abordada a partir de diferentes esferas de atividade social e discursiva, a exemplo do Direito, da História, da Literatura e do Jornalismo, entre outras. Nessa perspectiva, os estudiosos contemporâneos sobre essa questão postulam que o testemunho é um gênero discursivo intimamente relacionado a formas de resistência contra dispositivos de poder hegemônicos, a exemplo de Tocaia (2024):

O gênero discursivo testemunho é considerado por pesquisadores uma das formas de indivíduos que fazem parte de grupos minorizados em situação de desigualdade social expressarem a resistência. Logo, o testemunho é cada vez mais adotado como instrumento de pesquisa entre os estudos sociológicos e os estudos da linguagem, em virtude do caráter “humano” que confere aos materiais analisados. (Tocaia, 2024, p.2)

No nosso caso específico, buscamos desenvolver uma análise do testemunho e, mais especificamente, da narrativa testemunhal, do ponto de vista discursivo, em função da prática de linguagem que se traduz pelo jornal *A Sirene*, cuja principal característica é ser produzido pelo(a)s e para o(a)s atingido(a)s pelo rompimento da BRF, em colaboração com grupos de apoio, como já mencionamos. De início, recuperamos uma formulação de Benveniste (2015), que remonta à etimologia da noção de “testemunha”, a qual é bastante pertinente para os nossos propósitos neste artigo:

Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*terstis) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: “todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como uma terceira pessoa”; assim, o deus Mitra é por natureza a “testemunha”. Mas *superstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo sobrevivente, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente. Vemos agora o que pode e deve significar teoricamente *superstitio*, a qualidade de *superstes*. E a “propriedade de estar presente” como “testemunha”. (Benveniste, 2015, p. 278)

A pertinência dessa citação reside no caráter ambivalente que está na base da noção de “testemunha” e que é problematizado em diferentes trabalhos sobre o assunto, a exemplo, entre outros, de Amossy (2004) e de Seligman-Silva (2010, p.5), para quem “o essencial é ter claro que não existe a possibilidade de separar os dois sentidos de testemunho, assim como não se deveria separar de modo rígido historiografia da memória”. A “testemunha” pode ser analisada como “terceira pessoa”, que relata a partir de um lugar de enunciação exterior à experiência relatada (ou seja, como quem viu ou ouviu algo), ao mesmo tempo em que pode ser também e, sobretudo, considerada como “primeira pessoa”, que narra de uma posição de enunciação interna à experiência narrada (enquanto sujeito que viveu e/ou ainda vive algo). Essa ambivalência é complexa, mas, em linhas gerais, podemos dizer que, no caso de *A Sirene*, a testemunha como primeira pessoa/sobrevivente (*superstes*) tem uma saliência e uma relevância maior e mais imediata, embora não exclua a validade da perspectiva de terceira pessoa (*testis*). Ademais, os atingidos não são apenas sobreviventes que viveram a tragédia/crime socioambiental, mas, sobretudo, que ainda vivem esse processo de luto e de luta pela preservação da memória/patrimônio e pela reparação dos danos.

Nessa perspectiva, essa hipótese pode ser corroborada pela abordagem de Amossy (2004) sobre o discurso testemunhal, segundo a qual há uma diferença entre a simples testemunha ocular – que assistiu a um evento do qual não participou ativamente – e a testemunha que viveu esse evento que ela quer contar ao seu auditório. A autora afirma que “a testemunha é, portanto, aquela cuja certificação engaja a pessoa e que, ao dizer: ‘Eu estava lá’ e ‘foi’, declara ao mesmo tempo: ‘isto é o que eu fui’”⁸ (Amossy, 2004, p.2). A autora pontua que o *ethos*,⁹ imagem de si que o locutor constrói de sua própria pessoa, está no centro do discurso testemunhal tanto no nível do enunciado quanto no nível da enunciação. Ademais, Amossy destaca que a testemunha pode se fundir ao grupo do qual ela faz parte, o que permite que ela se torne um caso típico, ou seja, característico de um padrão comum a esse grupo social. Podemos, nesse sentido, dizer que a formulação da autora é importante para a análise do discurso dos atingidos no Jornal *A Sirene*, embora a sua proposta não contemple plenamente este objeto que nos interessa. Vejamos, pois, mais alguns excertos do jornal que são bastante relevantes para essa discussão. Apresentamos abaixo depoimentos que figuram numa seção especial intitulada “Ser atingido”. O especial começa com o seguinte enunciado:

⁸ “Le témoin est donc celui dont la certification engage la personne, et qui en disant : « j’y étais » et « cela a été », déclare en même temps : « voilà ce que j’ai été ». (Amossy, 2004, p.2)

⁹ Há diversos autores no campo dos estudos discursivos que se dedicam a uma análise dessa categoria, a exemplo de Amossy (2011) e Maingueneau (2020), entre outros. Não obstante, todos eles remetem à retórica aristotélica e às provas do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, devidamente adaptadas às abordagens contemporâneas do discurso.

- 3) Neste especial, trazemos algumas vozes que nos abrem perspectivas para pensar o que é ser atingido. Para isso, reunimos fragmentos que dizem sobre o significado desse termo que vem sendo construído no curso de dois longos anos.
- 4) Por ser atingido, sinto a minha alma fragmentada porque eu tinha uma vida ativa. Tinha a minha horta lá na roça, tinha o meu serviço, a minha convivência com os meus vizinhos. É muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo. (José Honorato, 58, atingido de Paracatu de Baixo)
- 5) Ser atingido é quando você vivia em uma comunidade, mas vê ela hoje toda destruída, como se fosse um entulho. Agora não vivemos mais em uma comunidade porque tudo foi destruído por uma barragem da Samarco. (Maria Geralda, 52, atingida de Paracatu de Baixo)
- 6) Ser atingida é ter a minha vida destruída, ter meu passado apagado. Para mim, é aprender a recomeçar do zero, só com as lembranças de onde eu vivia e do meu passado. Tudo está apagado. (Maria Carmo, 44, atingida de Paracatu de Cima)
- 7) Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porquê? Por que isso aconteceu? Ser atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa. (Tomé Anatalino dos Santos, 20, atingido de Ponte do Gama). (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, edição n. 20, novembro/2017, p. 15)

O conjunto de excertos acima nos permite refletir sobre o seu caráter testemunhal e sobre o processo de construção do *ethos* dos atingidos. O enunciado (3) sumariza a seção “Ser atingido”, apresentando um locutor/enunciador que assume o ponto de vista coletivo do próprio jornal fazendo uma autorreferência (dêitica) à seção especial – “Neste especial trazemos algumas vozes que nos abrem perspectivas para pensar o que é ser atingido” –, de modo a configurar uma forma polifônica de refletir sobre a definição de “atingido”, a partir de depoimentos do(a)s próprio(a)s atingido(a)s. Trata-se, pois, de uma estratégia metadiscursiva de reflexão e de construção da identidade de atingido(a) por eles próprios, que se manifestam como enunciadores, os quais projetam seus *ethé* sob a forma de um (auto)testemunho. Essa estratégia metadiscursiva e metalinguística fica mais clara na conclusão do excerto (3) – “Para isso, reunimos fragmentos que dizem sobre o significado desse termo que vem sendo construído no curso de dois longos anos” –. Esse último enunciado é bastante significativo, pois a definição do significado de “atingido” vem sendo construída ao longo dos anos, através de uma discussão e de um debate que envolvem os atingidos e os grupos de apoio, entre outros, na busca de estabelecer um consenso sobre a identidade em questão.

Isso nos permite recuperar alguns elementos da segunda seção deste artigo sobre o “conceito de pessoas atingidas”, onde apresentamos citações em que a definição de “atingido” é enunciada do ponto de vista de acadêmicos que fazem parte dos grupos de apoio, mas descrevem essa definição como um conceito já inserido na literatura crítica sobre a mineração. Isto é, o conceito de atingido é definido na perspectiva teórica de terceira pessoa, embora essa noção tenha sido resultado de um longo debate com as comunidades atingidas. Diferentemente, nos excertos acima, essa definição é enunciada do ponto de vista de primeira pessoa pelo(a)s próprio(a)s atingido(a)s, o que nos permite problematizar a construção de seus *ethe*, através desse discurso testemunhal.

Assim, no excerto (4) o enunciador define o que é ser atingido, afirmando-se como tal na primeira pessoa do singular – “por ser atingido sinto minha alma fragmentada, porque eu tinha uma vida ativa” –. Existe uma projeção de uma imagem de si tanto no nível do enunciado (*ethos* dito) quanto no nível da enunciação (*ethos* mostrado). A fratura enunciativa entre o que o sujeito diz ter sido no passado (como vivia) – “tinha uma horta lá na roça, tinha meu serviço, tinha minha convivência com os vizinhos” – e a situação em que se encontra no presente da enunciação (como vive) – “é muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo” – evidencia um *ethos* melancólico, de um sujeito desamparado por uma perda irreparável. É interessante que, nessa transição para o presente em que se coloca como alguém que “olha pra trás” (uma metáfora convencional recorrente), o enunciador muda o regime enunciativo para a segunda pessoa “você”, como um efeito de disjunção entre o “eu” passado (ativo) e o “eu” presente (desamparado), efeito que pode ser traduzido pela metáfora da “alma fragmentada” pelo trauma.

O enunciado (5) apresenta uma enunciativa que constrói uma definição de atingido(a) através de certo distanciamento do eu individual, a exemplo da expressão “é quando você”, para enfatizar a centralidade do eu comunitário – “Ser atingido é quando você vivia em uma comunidade, mas vê ela hoje toda destruída, como se fosse um entulho” –. Existe aqui também, claramente, a distinção enunciativa entre passado e presente, marcada pela desolação de ver a comunidade “hoje toda destruída”, o que é expresso através da metáfora do “entulho”, que evidencia subjetivamente o ressentimento e a revolta contra a mineradora que caracterizam o *ethos* da enunciativa no presente da enunciação, a exemplo do enunciado – “Agora não vivemos mais em uma comunidade porque tudo foi destruído por uma barragem da Samarco”.

Já o excerto (6) é produzido elocutivamente na primeira pessoa e focaliza a dor da destruição da vida pelo apagamento do passado – “Ser atingida é ter a minha vida destruída, ter meu passado apagado”, algo típico do testemunho dos atingidos. Contudo, o *ethos* projetado do desespero e do desamparo já aponta para uma tentativa, ainda que desesperançada, de recomeço – “Para mim, é aprender a recomeçar do zero, só com as lembranças de onde eu vivia e do meu passado” – a partir das lembranças do lugar onde vivia, de modo que a memória aparece como motor de uma possível reconstrução da vida, apesar de “estar tudo apagado”. A reiteração do “apagamento” da vida alude à incomensurabilidade do trauma sofrido.

Por sua vez, o excerto (7), o último que comentaremos, desenvolve estratégias discursivas diferentes dos anteriores, projetando um *ethos* autorreflexivo em que o enunciador se questiona sobre os motivos e as causas do acontecimento do rompimento – “Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porquê? Por que isso aconteceu?” –. Logo em seguida ao questionamento, o enunciador constrói um *ethos* coletivo de coragem e de ativismo para o enfrentamento da luta – “Ser atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa”.

Não obstante cada um dos sujeitos apresentar uma definição de “atingido” a partir do seu ponto de vista de primeira pessoa, projetando uma imagem de si, o caráter “etótico” desses testemunhos aponta para uma identidade coletiva incorporada ao próprio jornal, enquanto porta voz do(a)s atingido(a)s. Ademais a prova retórica do *ethos* pode (e deve) ser articulada às duas outras, a do *logos* e do *pathos*. Assim, os excertos acima apresentam uma racionalidade discursiva que se caracteriza por relatos do que é ser atingido, os quais, apesar de suas diferenças, possuem uma coerência relativa a aspectos em comum que remetem à dor da perda, ao trauma, às recordações, ao esquecimento e à luta pela sobrevivência e pelos direi-

tos. Essa racionalidade do discurso testemunhal comporta mais claramente o que Amossy (2011) chama de dimensão argumentativa, enquanto propriedade intrínseca de qualquer discurso de buscar influenciar e orientar a percepção e os modos de pensar de seu(s) interlocutor(es). Em contraponto a essa dimensão, a autora postula a noção de objetivo/intenção argumentativa que caracteriza os discursos voltados claramente para a persuasão do auditério. É relevante retomarmos a formulação de Amossy (2011) acerca da relação entre o que a autora chama de intenção argumentativa e de dimensão argumentativa:

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, a priori no discurso, na escala de um continuum que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. (...) É preciso, ainda, para evitar confusões, distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. Mesmo que, por sua natureza dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). (Amossy, 2011, p. 131)

Com efeito, as narrativas testemunhais, a exemplo dos excertos analisados acima, são tipicamente, mas não exclusivamente, mais marcadas pela presença de uma dimensão argumentativa do que de uma intenção argumentativa. Contudo, provavelmente o aspecto mais saliente dessas narrativas seja o seu caráter afetivo, o que nos remete à prova retórica do *pathos*. Curiosamente, Amossy (2004) apresenta uma abordagem distinta sobre a manifestação patêmica no discurso testemunhal, em função da característica do objeto específico¹⁰ por ela analisado, segundo ela desprovido de marcas de afetividade, de modo que quanto menos inscrita verbalmente, mais fortemente a emoção é suscitada no leitor. Esse não é o caso do discurso testemunhal tal como observamos no jornal *A Sirene*, marcado pela forte presença de expressões subjetivas de valoração e afeto. A propósito, segue mais um exemplo ilustrativo do alto grau de patemização presente na narrativa testemunhal dos atingido(a)s.

- 8) Nas comunidades a força vem da roça. Costava de chegar lá, admirar a natureza e ouvir o canto dos pássaros. Depois fazia o ritual de ir à nossa casa e me alegrar com a planta que resistiu, a “Lágrima de cristo”. Ganhei ela de presente logo depois que nos mudamos para a casa, significava a nossa batalha. Ela mostrou que é mais forte que a maldade e a ganância. Pois bem, olha o que eu vi: arrancaram o pé inteiro! Saibam que “arrancaram um coração”. Pra que tanta maldade se a propriedade está fechada, mas ainda tem vestígios de que o morador não a abandonou? (Luiza Queiroz, 54, atingida de Paracatu de Baixo – Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, ed. 18, setembro/2017, p.12)

O excerto acima é bastante elucidativo da presença de estratégias de patemização no discurso do(a)s atingido(a)s, ou seja, de captação do(a) leitor(a) pela via do *pathos*, bem como do caráter testemunhal dessa narrativa. A enunciadora inicia o seu relato assumindo o ponto de vista das comunidades, para as quais “a força vem da roça”, ou seja, da vivência no meio rural. Esse enunciado inicial é dito delocutivamente (na terceira pessoa) com um valor epistê-

¹⁰ Amossy analisa a obra *L'espèce humaine*, de Robert Antelme, que é uma narrativa testemunhal sobre os campos de concentração, uma das temáticas mais recorrentes desse “gênero”.

mico. A esse enunciado inicial, se encadeiam outros atos elocutivos (na primeira pessoa) com valor axiológico positivo – “gostava de ir lá, admirar a natureza e ouvir o canto dos pássaros. Depois fazia o ritual de ir à nossa casa e me alegrar com a planta que resistiu, a ‘Lágrima de cristo’” –. Os verbos, que expressam processos experienciais – “gostava”, “admirar”, “ouvir” e “alegrar” – estão associados a referentes como “a natureza”, “o canto dos pássaros” e “a planta Lágrima de Cristo”, nome próprio metafórico que remete a valores cristãos e que evoca metonimicamente a resistência e a batalha do(a)s atingido(a)s contra a maldade e a ganância – “Ganhei ela de presente logo depois que nos mudamos para a casa, significava a nossa batalha. Ela mostrou que é mais forte que a maldade e a ganância” –. Na sequência, a enunciativa modaliza a sua narração sob a forma alocutiva (de segunda pessoa) como quem interpela o leitor para “mostrar-lhe” o que ela testemunhou – “Pois bem, olha o que eu vi: arrancaram o pé inteiro! Saibam que ‘arrancaram um coração’” –. Esse enunciado produz um efeito de presentificação do “testemunho ocular” da ação maldosa de arrancar a planta e do sentimento de tristeza e desconsolo da enunciativa, metaforizado pela expressão “arrancaram um coração”. Essa estratégia busca gerar o efeito patêmico de empatia do leitor com o sofrimento experienciado pela enunciativa, empatia que pode se fazer acompanhar de um sentimento de indignação suscitado pela conclusão do excerto – “Pra que tanta maldade se a propriedade está fechada, mas ainda tem vestígios de que o morador não a abandonou?” – modalizado sob a forma de uma pergunta, que também interpela o leitor, levando-o a refletir sobre o que pode ter motivado tamanha crueldade.

Assim, o efeito patêmico (relativo ao *pathos*) buscado (o qual pode ou não ser efetivado) emerge como uma correlato da projeção etótica (relativa ao *ethos*) de atingido(a), em termos da relação que se estabelece entre o jornal *A Sirene* e seus leitores. Nas narrativas testemunhais presentes no jornal, é razoável pensar que tais relatos, como postula Amossy (2011), estão mais próximos de uma dimensão argumentativa, que visa suscitar a empatia e a sensibilidade do leitor, do que de um objetivo (intenção) argumentativo programado, voltado para persuadir esse leitor e levá-lo a tomar uma posição e agir de determinada maneira.

Essa correlação entre as dimensões etótica e patêmica dos relatos testemunhais do(a)s atingido(a)s nos remete a uma aproximação das formulações sobre a literatura de testemunho (Seligmann-Silva, 2010; Nascimento, 2007), a qual pede a elaboração de um novo conceito de representação ligado ao estabelecimento de identidades políticas. É necessário fazer uma distinção entre narrativas que postulam uma experiência individual/particular, na autobiografia tradicional, e narrativas que preconizam a formação de uma subjetividade coletiva do testemunho. Propomos essa aproximação da narrativa dos atingido(a)s à chamada literatura de testemunho, na perspectiva de um acervo documental de potencial inestimável, recolhido a partir do trauma sofrido após o rompimento da barragem de Fundão, com a perda de vidas e de seu modo e lugar de estar no mundo. Nas palavras de Nascimento (2007):

O sobrevivente – aquele que testemunha e/ou sofre o infortúnio da violência – possui, basicamente, dois sentimentos paradoxais em relação às lembranças que podem intervir no ato de contar suas experiências. O primeiro é o do silêncio. Não contar para esquecer. Enclausurar as imagens, os sons e os cheiros do sofrimento para que o tempo se encarregue de apagá-los. O outro é narrar para se libertar. A tarefa do narrador é árdua e ambígua. O confronto constante com a memória da catástrofe, a ferida aberta, envolve tanto a resistência quanto a superação (Nascimento, 2007, p. 93).

Nesses termos, a base do testemunho consiste em uma ambiguidade: por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido, e por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu (Seligmann-Silva, 2010). Assim, a voz testemunhal não pode se referir a uma generalidade universalizante, mas sim a uma posição coletiva específica em que se situa o seu interesse político, de modo que estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo. O testemunho se vincula, desse modo, aos movimentos de resistência. Na sequência, abordaremos algumas características da narrativa jornalística e, especialmente, da especificidade da narratividade do jornal *A Sirene* como uma prática discursiva de resistência.

5 A narrativa jornalística de *A Sirene* como discurso de resistência

Podemos dizer que narrar é uma experiência linguageira universalmente compartilhada na existência humana. Todos nós narramos, contamos e relatamos os acontecimentos que vivemos, imaginamos ou criamos, ou ainda, aqueles sobre os quais nos chegaram outros relatos escritos, orais, iconográficos etc., factuais e/ou ficcionais. Aliás, podemos afirmar que é pela narrativa que nos instalamos no mundo, criando, no presente, as nossas experiências com o tempo passado e com o futuro. É narrando que constituímos representações sobre o mundo e os seres, dentre os quais nos encontramos. É também pelo relato que apresentamos a(s) nossa(s) identidade(s) e damos sentido à nossa biografia. A narrativa coloca a enunciação no cerne de sua natureza dramática, enquanto encenação do ser de linguagem em ação, na sua relação com a memória.

Não vamos adentrar em uma discussão aprofundada sobre a complexidade da noção de narrativa nos diversos campos de conhecimento, mas queremos pontuar alguns aspectos que nos parecem importantes na perspectiva da discursivização da memória (episódica) nas narrativas testemunhais do Jornal *A Sirene*. Nesse sentido, a narração tem a ver com a projeção de um plano de representação dramática das experiências vividas (e recategorizadas pela memória). Apesar da heterogeneidade dos estudos sobre narrativa, existe um certo consenso de que a ordem temporal é um critério fundamental para a sua caracterização (Ricoeur, 1994), embora essa ordem não seja suficiente, considerando-se que uma narrativa não é meramente uma sequência de eventos e/ou ações no tempo, pois deve haver uma conexão significativa entre tais eventos/ações de modo a configurarem um enredo, uma história, que é narrada a partir de um ou mais pontos de vista ou perspectivas.

Faremos, aqui, um recorte referente à obra *Análise crítica da narrativa*, de Luiz Gonzaga Motta (2013),¹¹ que apresenta uma abordagem bastante fecunda e produtiva sobre a narrativa

¹¹ Motta (2013) propõe, em sua abordagem, um conjunto de procedimentos para a análise empírica, definido em termos de sete movimentos operacionais percorridos pelo analista: 1º movimento: compreender a intriga como síntese do heterogêneo; 2º movimento: compreender a lógica do paradigma narrativo; 3º movimento: deixar surgirem novos episódios; 4º movimento: permitir ao conflito dramático se revelar; 5º movimento: personagem - metamorfose de pessoa a persona; 6º movimento: as estratégias argumentativas (estratégias de produção do real e estratégias de produção de efeitos estéticos); 7º movimento: permitir às metanarrativas aflorar. Não é nossa pretensão aplicar essa metodologia no presente artigo, nem analisar a complexidade multimodal da narrativa jornalística (de *A Sirene*), em razão de nossos objetivos e de limitações de tempo e espaço. Não obstante, faremos menções pontuais sobre alguns aspectos que aqui nos interessam mais efetivamente.

em geral e, mais especificamente, sobre as narrativas jornalísticas produzidas pela imprensa. Nas palavras do autor:

Diferentemente do estruturalismo, a narratologia como concebo neste livro é um ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos no seio da sociedade. (...) Essa nova narratologia, à qual me filio, dedica-se ao estudo dos processos e de relações que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias, manifestações orais, por exemplo) ou ficcionais (romances, contos, cinema, telenovelas, mitos). (Motta, 2013, p.79)

Sem deixar de valorizar os aspectos positivos da análise estrutural da narrativa (como a formulação de uma sintaxe modal narrativa), Motta critica o caráter imanentista da proposta estrutural, que não leva em consideração a dimensão enunciativo-pragmática inerente à produção social do(s) sentido(s) de qualquer prática de linguagem. É justamente essa dimensão que a análise pragmática da narrativa se propõe a integrar em seu escopo teórico, recorrendo a “uma perspectiva fenomenológica que interpreta dinâmica e sistematicamente a essência do fenômeno narrativo, as diversas camadas significativas do objeto empírico” (Motta, 2013, p. 125). A análise da narrativa jornalística está, de acordo com esse modelo, situada a meio caminho entre a análise da narrativa literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (fática), integrando elementos dessas duas vertentes em uma síntese narrativa nova e singular, que precisa dar conta da complexidade semiótica da comunicação jornalística. Entre as principais estratégias discursivas utilizadas pelas mídias de informação, tanto na busca da credibilidade quanto da captação, destaca-se o processo que chamamos de “gestão das vozes” dos diferentes atores sociais envolvidos no acontecimento. A relevância dessa dimensão para o discurso jornalístico, que se caracteriza pela presença dominante de estruturas narrativas encaixadas e modalizadas de forma hipertextual, é salientada por Motta nos seguintes termos:

O analista da narrativa jornalística deve considerar a relação entre os interlocutores desse gênero de comunicação na sua totalidade e especificidade (...) Precisa levar em conta que há pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostos na comunicação jornalística: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal *online*); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto umas com as outras). No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma negociação simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz. (Motta, 2013, p.109)

Essa formulação de Motta (2013) é bastante relevante para a análise da narrativa jornalística, e nos permite problematizá-la com vistas a descrever melhor a estruturação e o funcionamento do Jornal *A Sirene* ao longo do seu desenvolvimento nesses quase dez anos de existência, buscando caracterizar melhor a sua especificidade. Nesse sentido, trata-se de um jornal com características diferentes de um jornal de referência da mídia tradicional, por motivos que já foram mencionados e devem agora ser mais detalhados. Antes de tudo, como dissemos, é um jornal que nasce com a proposta de ser um jornal “feito pelos e para o(a)s atingido(a)s”, o que já o distancia das convenções e normas que regem o chamado jornalismo tradicional. Vejamos o seguinte excerto:

9) Editorial

O Jornal *A Sirene* chega, neste dia 5 de fevereiro de 2018, comemorando dois anos de publicação. Desde a primeira edição (a já amarelada capa número zero, com os moradores de Bento Rodrigues indo pela primeira vez ao terreno da Lavoura), o “Projeto *A Sirene*” buscava resolver nossas questões ligadas à comunicação, de forma que, nós, atingidos e atingidas pela Barragem de Fundão, nos sentíssemos representados midiaticamente e, a partir disso, pudéssemos ter melhores condições de lutar pelos nossos direitos. Era imprescindível, então, para garantir isso, que fôssemos os narradores das nossas próprias notícias. Mas como encontrar e construir um outro jornalismo possível para nós? Uma forma de comunicação a favor das nossas causas, direitos e memórias? Qual seria a melhor maneira de reportar tudo o que nos aconteceu daquele dia 5 de novembro em diante? (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 3, ed. 23, fevereiro/2018, p. 16)

O enunciado (9) é muito significativo para nossa discussão, na medida em que recupera, ao mencionar a comemoração de dois anos de publicação de *A Sirene*, o início do “Projeto *A Sirene*” como busca de “resolver as questões relativas à comunicação do(a)s atingido(a)s”, de modo que ele(a)s pudessem se sentir representados midiaticamente, podendo ser “narradores das próprias notícias”. Os questionamentos que encerram o editorial desse número de *A Sirene* são muito importantes para a reflexão e a análise da especificidade do jornal e do seu desenvolvimento – “Mas como encontrar e construir um outro jornalismo possível para nós? Uma forma de comunicação a favor das nossas causas, direitos e memórias? Qual seria a melhor maneira de reportar tudo o que nos aconteceu daquele dia 5 de novembro em diante?” –. Por um lado, essa busca pela construção de um outro jornalismo, de uma forma de comunicação favorável ao(a)s atingido(a)s, de uma maneira de reportar tudo o que aconteceu, denota uma necessidade de fazer algo diferente do que fazem as mídias tradicionais, ou ainda, um desejo de resistência à hegemonia dessas mídias, que não contemplam satisfatoriamente as causas, memórias e direitos dessas comunidades. Por outro lado, essa busca mostra também que o Jornal *A Sirene* projetava uma imagem de si (*ethos*) como “voz provisória”, reconhecendo (auto)criticamente o seu caráter de ferramenta/prática em construção e as limitações relativas ao seu impacto efetivo na resolução dos problemas do(a)s atingido(a)s, mas sem abrir mão de ser protagonista de suas ações. Aqui podemos pontuar uma diferença importante em relação à organização dos narradores proposta por Motta (2013) sobre a narrativa jornalística tradicional, o que aponta para outra especificidade que distingue o nosso objeto de análise. Em outras palavras, o Jornal *A Sirene* apresenta uma espécie de integração/fusão dos narradores (o veículo, o repórter e o personagem) que visa produzir um tipo de narrador coletivo representativo do *ethos* do(a)s atingido(a)s. Essa integração se apresenta de forma mais clara principalmente nas primeiras edições do jornal, embora não estejamos negligenciando a importância do desdobramento dos narradores/enunciadores em diferentes instâncias discursivas nesse veículo, processo que se torna cada vez mais explícito com o seu próprio desenvolvimento.

Com efeito, vale notar que o editorial acima faz referência à primeira edição do jornal – “a já amarelada capa número zero, com os moradores de Bento Rodrigues indo pela primeira vez ao terreno da Lavoura” – especialmente oportuna para a nossa discussão, no sentido de ilustrar claramente a projeção de um *ethos* em construção e, ao mesmo tempo, bastante autoral. Por exemplo, na referida edição 0 (zero) há um texto que vale a pena recuperar e comentar:

10) Ser celebridade da desgraça

Meu primeiro contato com a mídia foi quando ainda estava no meio da lama, lutando para socorrer as pessoas. Estavam fazendo o trabalho deles. No céu, outra tempestade, só que de helicópteros da Globo, SBT, Record. Nenhum nos ajudou. Estou com birra de jornalista. Por que nos fazem perder tempo, reviver coisas tão dolorosas se já sabem as respostas que querem? Eles só publicam o que querem. Se não levarem a notícia do jeito que foram mandados, perdem o emprego. O que incomoda é ser celebridade da desgraça. (Por Maria das Graças Santos, Mônica dos Santos e Simária Quintão - Com apoio da Juçara Brittes. *Jornal A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 0, fevereiro/2016).

No texto acima, podemos perceber claramente o teor testemunhal do relato das pessoas atingidas, referindo-se ao momento do rompimento da BRF e da cobertura jornalística ostensiva feita pelos grandes veículos de comunicação, que são explicitamente criticados pelo(a)s enunciadore(a)s atingido(a)s, a exemplo dos enunciados metafóricos – “No céu, outra tempestade, só que de helicópteros da Globo, SBT, Record. Nenhum nos ajudou”. “Estou com birra de jornalista” (...) “O que incomoda é ser celebridade da desgraça” – esse último tendo sido utilizado como título do texto. Para além do forte efeito patêmico presente nesse excerto, chamamos a atenção para o fato de que se trata de um texto coletivo, cuja autoria é atribuída a três atingidas em colaboração com a professora de jornalismo da UFOP, Juçara Brittes. E mais, não conseguimos enquadrar esse “texto” num padrão de gênero jornalístico tradicional, até porque ele é configurado a partir da reunião de um conjunto de enunciados que foram encadeados e articulados sem a utilização de mecanismos coesivos, com vistas a preservar a autenticidade do(s) discurso(s) do(a)s atingido(a)s. Assim, esse texto apresenta um efeito etótico autoral/testemunhal típico das primeiras edições do *Jornal A Sirene*, atestando o caráter ainda provisório da construção do próprio jornal. Percebemos também, desde essa primeira edição, a relação tensa/polêmica que *A Sirene* estabelece com os meios de comunicação tradicionais e, sobretudo, com os veículos de comunicação empresariais, a exemplo das publicações da Renova.

Isso nos permite fazer um comentário sobre o desenvolvimento do próprio jornal ao longo dos anos, no sentido de sua transformação e de seu aprimoramento editorial. Esse aprimoramento caminhou para um modo de produção mais próximo da configuração típica dos gêneros jornalísticos conhecidos tradicionalmente, mas também consolidou a especificidade e a autenticidade do próprio jornal, em termos da construção de seu *ethos* e de seu discurso de resistência. A esse propósito, retomamos a proposta de Motta, para quem a análise da narrativa incide principalmente sobre o plano da estória (enredo, intriga, conflito, personagens), mas este plano está inexoravelmente dependente do plano discursivo ou da linguagem, sem o qual a estória não se projeta e as intenções discursivas não se revelam (Motta, 2013, p. 135).¹² Decerto, não podemos, senão por questões metodológicas, separar a dimensão do dito (enunciado) da dimensão do (modo de) dizer (enunciação), pois uma não existe sem a outra. Não obstante, para fins de análise, pode ser operacional recorrermos ao expediente sugerido por Motta para tentarmos fazer uma síntese daquilo que o autor chama de projeto dramático da narrativa, no nosso caso específico, do *Jornal A Sirene*. Esse empreendimento é bastante com-

¹² Podemos traduzir aqui os termos usados por Motta, substituindo plano da estória por plano do enunciado, e plano discursivo por plano da enunciação.

plexo e exige que façamos um recorte significativo na ampla e complexa produção do jornal ao longo de quase dez anos. Segundo o autor:

(...) nada mais adequado para justificar a necessidade metodológica inicial, no caso da narrativa jornalística de reunir os fragmentos dispersos das notícias isoladas em uma unidade temática coerente, passo a meu ver constituinte já da análise em si. Sem uma intriga não há estória, sem estória não há narração, e sem narração, a análise narrativa não é possível. (Motta, 2013, p.99)

A busca de reconstruir um enredo se traduz pelo(s) primeiro(s) procedimento(s) metodológico(s) proposto(s) pelo autor, que ele chama de “compreender a intriga como síntese do heterogêneo”, o que nos remete claramente à obra de Ricoeur (1994),¹³ na qual Motta se fundamenta. Recorremos a esse procedimento visando caracterizar o cerne do projeto dramático de *A Sirene*, enfatizando alguns acontecimentos fundamentais da configuração do seu enredo, que se desenvolve concomitantemente ao seu modo de enunciação. Salientamos, assim, na sequência da narrativa testemunhal do jornal como discurso de resistência, o principal “acontecimento-intriga”,¹⁴ que se traduz pelo confronto de *A Sirene* contra o poder hegemônico das mineradoras e sua principal representante, a saber, a Fundação Renova. Esse tensionamento discursivo se desenvolve até o atual processo de Repactuação. Passemos, pois, à análise de mais alguns excertos:

- 11) A Fundação Renova/Samarco criou um veículo de comunicação impresso, no qual espera legitimar, entre outras coisas, ações de reparação que retratam um lado da história, com um discurso que seria mais fácil de engolir. Posterior a isso, no dia 14 de agosto, a Renova compareceu à Comissão dos Atingidos para fazer um convite de “participação”. Agora, trazemos os depoimentos dos atingidos que manifestam os motivos pelos quais a maioria deles se recusou a fazer parte do “jornal da Renova” (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, ed. 18, setembro/2017, p. 2).

O excerto acima faz referência explícita ao confronto de vozes (narrativas) que se estabelece entre o Jornal *A Sirene* e a Fundação Renova (representante da Samarco e responsável pelo processo de reparação), que produziu um veículo de comunicação próprio, esperando “legitimar, entre outras coisas, ações de reparação que retratam um lado da história, com um discurso que seria mais fácil de engolir”. A estratégia metadiscursiva de *A Sirene* denuncia, inclusive, a tentativa de cooptação dos atingidos por parte da Renova, ao mencionar a recusa do convite de suposta “participação”. Essa última palavra aparece entre aspas no texto de *A Sirene* como uma forma de conotação autonímica, evidenciando o distanciamento/contraponto enunciativo entre o ponto de vista dos atingidos e o da Renova. O excerto é concluído

¹³ Destacamos principalmente a elaboração da tríplice *mimesis* desenvolvida em *Tempo e narrativa: mimesis I* (figuração); *mimesis II* (configuração); *mimesis III* (reconfiguração), as quais correspondem, em linhas gerais, aos processos de percepção, de representação (textual) e de interpretação. Nas palavras de Ricoeur (1994, p.87): “o desafio é, pois, o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua reconfiguração pela recepção da obra”.

¹⁴ Há certamente outros acontecimentos-intriga, a exemplo do enfrentamento da pandemia e do rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho, que mereceriam ser analisados, mas não o foram, em função de limitações de tempo-espaco para a produção deste artigo.

com uma referência ao próprio contradiscurso de *A Sirene*, que publica os depoimentos do(a)s atingido(a)s, esclarecendo os motivos de eles se recusarem a participar da publicação da Renova. O próximo exemplo é também muito ilustrativo desse embate de posicionamentos:

- 12) Logo no início, a Renova/Samarco começaram a falar de masterplan, dam break, stakeholders. Parecia que a gente falava com extraterrestre, porque não entendia “patavinas”. A gente também não sabia o que significava impactado. E, depois do esclarecimento do promotor Guilherme, decidimos não aceitar esse termo, porque nós fomos atingidos até a alma. Rejeito também foi uma palavra que aprendemos a usar passado um tempo. Eles falavam lama, mas entendemos que o correto é rejeito tóxico. (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 3, ed. 29, agosto/2018, p. 3)

No enunciado (12) o que mais se destaca é a menção a termos linguísticos, alguns deles em inglês, utilizados pela Renova/Samarco para referir-se a questões relativas ao rompimento da barragem e aos desdobramentos do processo de reparação. Fica muito clara a relação de poder e de manipulação que a Renova busca impor sobre os atingidos, lançando mão de artifícios linguístico-discursivos que remetem a um jargão técnico, ao qual os atingidos não tinham acesso. Aqui, podemos pontuar um aspecto que mencionamos anteriormente, quando recorremos à abordagem de Paveau (2014), qual seja, o processo de desmemória que as mineradoras, através da Renova, tentam produzir na sua relação com os atingidos e a sociedade de modo mais geral. Trata-se de uma estratégia abrangente, que, no excerto acima, aparece de forma indiciada na tentativa de utilização de um léxico que dissimula a gravidade e a correção dos fatos, a exemplo do uso dos nomes “impactado” em vez de “atingido”, de “lama” ao invés de “rejeito tóxico”, entre outros. A recorrência dessa estratégia de desmemória é denunciada ao longo das edições do Jornal *A Sirene*, que resiste a ela posicionando-se claramente através da sua refutação, como podemos observar na edição 39, de 2019.

- 13) Qual é a voz do(a) atingido(a)?

O Jornal *A Sirene* surgiu, em fevereiro de 2016, para garantir o direito à comunicação, à informação e à representatividade para os(as) atingidos(as) pelo rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton). Em julho de 2017, a Fundação Renova também criou um jornal. Não reconhecemos essas publicações porque entendemos que foram projetadas para fazer publicidade para a própria Renova/empresas. O Jornal *A Sirene* é um veículo de resistência e luta. Nosso único compromisso é criar um espaço que permita que as vozes dos(as) atingidos(as) ecoem (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 4, ed. 39, junho/2019, p. 3).

A começar pelo título, podemos observar uma forma de interpelação retórica através do enunciado interrogativo – “Qual é a voz do(a) atingido(a)?” –, que busca um efeito de provocação, ao mesmo tempo em que apresenta a resposta a essa pergunta em seguida, configurando uma argumentação por comparação. Após reiterar o surgimento do Jornal *A Sirene* em 2016 “para garantir o direito à comunicação, à informação e à representatividade para os(as) atingidos(as)”, o locutor/enunciador coletivo afirma não reconhecer o jornal da Fundação Renova, criado em 2017, argumentando que essas “publicações (...) foram projetadas para fazer publicidade para a própria Renova”. Ou seja, *A Sirene* acusa a Renova de produzir um jornal que não tem credibilidade por ser, na verdade, uma forma de propaganda/publicidade, sem compromisso com a veracidade dos fatos. A conclusão do texto reforça que “*A Sirene* é um

veículo de resistência e luta”, cujo compromisso é criar espaço para as vozes do(a)s atingido(a)s, o que subentende que essas vozes não encontram espaço em outros veículos de comunicação. Vejamos o enunciado abaixo, que é ainda mais contundente, em termos de um relato testemunhal contra a Renova e seu suposto jornal:

- 14) Entregaram aqui em casa um jornal da Renova com uma foto dos meus pais na varanda da casa que a fundação reconstruiu no meio do barro. A imagem estava mostrando para as pessoas que os meus pais estavam super felizes, que a casa era uma maravilha, quando, na verdade, a casa nem construída para idosos foi. O arquiteto que projetou a casa ou é incompetente ou nunca fez uma casa para idosos porque, se você ver o tanto de escadas que tem na casa... Eles não falam a verdade, os meus pais estão no meio da lama tóxica, cheia de metais pesados, e a Renova só mostra aquela fachada bonita. Para a Fundação, está uma maravilha. Essa é a diferença, os jornais da Renova são cheios de máscaras e mentem, mas o Jornal *A Sirene* expõe a realidade que a gente vive sem rodeios e fala a verdade. Esse é o nosso jornal, o jornal dos atingidos. (Maria do Carmo D'Ângelo, moradora de Paracatu de Cima – Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 4, ed. 39, junho/2019, p.3).

Em (14), a enunciadora relata um exemplo da falta de credibilidade do jornal da Renova, através de uma encenação narrativa testemunhal. O relato é feito na primeira pessoa do singular por uma atingida que recebeu um número do jornal da Renova em sua casa – “Entregaram aqui em casa um jornal da Renova”, – no qual aparece uma foto dos seus pais – “com uma foto dos meus pais na varanda da casa que a fundação reconstruiu no meio do barro”, os quais figuram como personagens desse relato, além da própria enunciadora. Assim, na estrutura hipertextual de narrativas encaixadas do jornal, o narrador coletivo do jornal apresentado em (13) se desdobra na voz testemunhal da enunciadora atingida em (14), cujo relato desqualifica discursivamente o jornal da Renova, a começar pela presença da predicação crítica sobre o lugar em que a casa dos pais foi reconstruída – “no meio do barro”. A escalada das críticas aumenta com o encadeamento dos enunciados, desde a crítica ao arquiteto que projetou a casa, inadequada para os pais idosos, passando pela denúncia de que “os pais estão no meio da lama tóxica, cheia de metais pesados”, até chegar à acusação de que “os jornais da Renova são cheios de máscaras e mentem”, distorcendo os fatos – “a Renova só mostra aquela fachada bonita. Para a Fundação, está uma maravilha”. O relato testemunhal é concluído com a reafirmação do argumento por comparação, contrapondo a veracidade do discurso de *A Sirene* à falsidade do discurso da Renova – “mas o Jornal *A Sirene* expõe a realidade que a gente vive sem rodeios e fala a verdade. Esse é o nosso jornal, o jornal dos atingidos”.

Assim, no plano da intriga que está na base do conflito dramático de *A Sirene*, percebemos que o discurso do jornal contrapõe diametralmente duas narrativas distintas: de um lado, a das pessoas atingidas (protagonistas) e, de outro, a das empresas mineradoras Samarco/Vale/BHP e, sobretudo, da Fundação Renova, que as representa (antagonistas). Na perspectiva dos relatos testemunhais, predomina a busca por efeitos de real, com vistas a configurar a veracidade desses relatos, dos quais o(a)s atingid(o)as são narradore(a)s e também personagens, cujas experiências vividas e contadas atestam tanto a sua credibilidade quanto a sua identidade. Vejamos outros exemplos:

- 15) Quatro anos se passaram. Nós, atingidos(as), continuamos sem o reassentamento e tudo o que vemos é uma série de desmobilizações que vêm da Renova, das minerado-

ras e do próprio poder judiciário. Para se ter uma ideia, durante as audiências, são três advogados das mineradoras, e três advogados e dois assessores da Renova, que não são parte no processo, dividindo a mesa de audiência. Do nosso lado, está só o promotor, três representantes do(a)s atingido(a)s e dois da assessoria técnica. Somente os defensores das mineradoras podem falar, a nossa assessoria não pode defender o trabalho que fez conosco. Muitas vezes, saímos das audiências e das reuniões transtornados(as) (...) (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 4, ed. 43, novembro/2019, p. 32)

Em (15), a crítica do(a)s atingido(a)s incide não mais sobre as publicações da Renova nem apenas sobre essa última, mas também sobre o “próprio poder judiciário”. O relato testemunhal denuncia “uma série de desmobilizações que vêm da Renova, das mineradoras e do próprio poder judiciário”, fazendo referência às audiências em que as mineradoras e a Renova dispõem de privilégios relativos ao maior número de advogados, além de terem a prerrogativa de falar, em detrimento do direito da assessoria técnica do(a)s atingido(a)s, que não pode falar. Vale destacar também, nesse exemplo, a agentividade e o protagonismo assumidos pelo(a)s atingido(a)s no acompanhamento do processo judicial, comparecendo às audiências e reivindicando seus direitos, bem como protestando contra o seu cerceamento, que os deixa “transtornados”. Salientamos também a importância da assessoria técnica do(a)s atingido(a)s, cuja voz se faz presente regularmente no Jornal *A Sirene*, bem como a de autoridades do Ministério Público e, é claro, a dos grupos de apoio.¹⁵

No ano de 2021, o embate entre o(a)s atingido(a)s e a Renova atinge um ponto de inflexão incontornável com o surgimento de denúncias cada vez mais graves contra a Fundação e os seus problemas de governança. Nesse contexto, aliando-se ao desenvolvimento e profissionalização editorial de *A Sirene*, vemos emergir no jornal, de forma mais incisiva, a articulação entre as vozes do(a)s atingido(a)s e de autoridades/assessorias técnicas, pressionando pela extinção da Fundação Renova:

16) Desdobramentos do pedido de extinção da Renova

No dia 24 de fevereiro de 2021, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça para pedir a extinção da Renova. De acordo com o MPMG, a fundação contratada, que deveria atuar exclusivamente na reparação dos danos causados pelo crime do rompimento da barragem de Fundão, apresenta problemas não só relacionados aos descumprimentos dos acordos firmados judicialmente, como também diversas irregularidades (...).

Gostaria que a Renova fosse embora mesmo, porque ela não ajuda as pessoas que precisam. Eu não tenho receio nenhum da Renova sair do território, porque ela não faz nada. Ela não constrói as casas que tem que construir, as ruas são feitas que nem a cara dela, está tudo esburacado. O esgoto entupido. Ela só enrola o povo. Eu sei que, se ela for embora, vai ser melhor pra todo mundo, porque ela veio aqui só pra tirar, pra diminuir o direito das pessoas...

(Por Cristiane Martins e Jarbas Soares Júnior, Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais. Com o apoio de Júlia Militão, Simone Silva e Wigde Arcangelo. Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 6, ed. 60, abril/2021, p.4).

¹⁵ A pandemia da Covid 19 impactou a publicação de *A Sirene*, que passou a circular apenas nas plataformas das redes sociais a partir de abril de 2020, retomando a publicação impressa somente em 2022.

Esta edição de *A Sirene* é muito relevante, no sentido de publicar uma entrevista com o Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, autor da Ação Civil Pública na Justiça para pedir a extinção da Renova, além do depoimento de uma atingida sobre a petição de extinção da Fundação – “Gostaria que a Renova fosse embora mesmo, porque ela não ajuda as pessoas que precisam. Eu não tenho receio nenhum da Renova sair do território, porque ela não faz nada” –. Temos no excerto (16) a articulação integrada das vozes do jornal, do Procurador-Geral e de uma atingida, cujos posicionamentos argumentativos são claramente coorientados no sentido de denunciar “problemas não só relacionados aos descumprimentos dos acordos firmados judicialmente, como também diversas irregularidades” da Renova. Na sequência, apresentamos um excerto do jornal de 2022, cuja enunciação é assumida pela assessoria técnica da Cáritas, numa denúncia contundente contra os desmandos da Fundação Renova:

- 17) A Fundação Renova se nega a enviar o cronograma de obras detalhado para a Comissão de Atingidos (CABF) e para a Assessoria Técnica. Entretanto, as obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo já estão bastante atrasadas tendo em vista que já foram descumpridos três prazos judiciais para conclusão e entrega. Os atrasos, contudo, acontecem desde a compra dos terrenos. Nas visitas de fiscalização comunitária realizadas em janeiro e fevereiro deste ano, após as fortes chuvas, foram observados pontos de deslizamento em taludes executados pela Fundação Renova e movimentação de solo, que causou rachadura em um trecho do asfalto. Intervenções executadas inadequadamente e que precisarão ser refeitas afetam o cronograma de obras da etapa de intervenções urbanas e, portanto, terão de ser tomadas as medidas necessárias para que não resultem em maior atraso na conclusão da obra como um todo. Assessoria Técnica da Cáritas MG (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 7, ed. 71, março/2022, p. 4).

O excerto (17) apresenta uma linguagem que se aproxima de uma nota técnica, apontando “a negação de envio de cronograma de obras detalhado” para a Comissão de Atingidos, o “descumprimento de prazos judiciais de compra e entrega de terrenos”, ressaltando, ainda, que “a fiscalização comunitária” observou “pontos de deslizamento em taludes”, “movimentação do solo” e “rachadura do asfalto”. Em seguida, a Assessoria Técnica da Cáritas modaliza a sua enunciação deonticamente, determinando que “terão de ser tomadas as medidas necessárias para que [as intervenções executadas inadequadamente] não resultem em maior atraso na conclusão da obra como um todo”.

Nessa conjuntura de tensionamento agudo entre o(a)s atingido(a)s e a Renova (representante das mineradoras), as autoridades começaram a discutir as diretrizes para um novo acordo de reparação dos danos causados pelo RBF, envolvendo a União, as empresas mineradoras, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Ministério Público e as Defensorias. Não obstante a importância atribuída a essa nova proposta, cuja articulação teve início em 2021, como forma de mediação para garantir a livre manifestação das partes e o amplo acesso à informação, não há um consenso entre as comunidades atingidas sobre o devido reconhecimento e a efetiva participação do(a)s atingido(a)s na nova repactuação. *A Sirene* acompanhou e relatou desde o início o debate sobre essa questão complexa:

18) O erro tantas vezes cometido

No dia 4 de fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou a terceira e última audiência pública para escuta de especialistas e das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, segundo eles, para “ampliar o conhecimento sobre o rompimento e os danos deles decorrentes”. Acontece que está em andamento um processo de repactuação dos acordos em prol da reparação dos danos na bacia do rio Doce. Na mesa de negociações estão as empresas responsáveis pelo crime, Samarco, Vale e BHP, instituições de justiça (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas) e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas nenhuma pessoa atingida. E, como colocou Luzia Queiroz durante a audiência, “acordo sem a participação das pessoas atingidas na mesa de negociação é a repetição do erro tantas vezes cometido!”. Luzia e Anderson Jesus de Paula participaram da audiência representando as pessoas atingidas de Mariana. (Por Luzia Queiroz e Anderson Jesus de Paula com o apoio de Ellen Barros e Wigde Arcangelo, assessores de comunicação da Cáritas MG. *Jornal A Sirene*, Mariana, ano 7, ed. 71, março/2022, p. 6).

O excerto (18) relata a realização da terceira e última audiência pública realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual foi acompanhada presencialmente por representantes do(a)s atingido(a)s e, conseqüentemente, de *A Sirene*, que apresenta, via discurso relatado, os pontos de vista antiorientados do CNJ e do(a)s atingido(a)s. Nesse sentido, embora estes tenham participado ativamente da audiência, manifestando seu ativismo na luta pelos direitos das comunidades, o jornal critica a ausência de participação direta do(a)s atingidas na mesa de negociações – “Na mesa de negociações estão as empresas responsáveis pelo crime, Samarco, Vale e BHP, instituições de justiça (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas) e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas nenhuma pessoa atingida” – o que é corroborado pelo título da matéria e pela citação direta de uma fala da atingida Luzia Queiroz na audiência, destacada pelo jornal em negrito – “acordo sem a participação das pessoas atingidas na mesa de negociação é a repetição do erro tantas vezes cometido!” Ainda em 2022, na edição de junho, o jornal publicou, numa de suas principais seções, um texto do Promotor de Justiça:

19) O direito de entender – Repactuação

(Guilherme de Sá Meneghin – Promotor de Justiça)

(...) As reuniões de trabalho foram denominadas “Repactuação”, pois o objetivo era, precisamente, refazer os acordos que geraram o TTAC (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta) e o TAC-GOV (Termo de Ajustamento de Conduta Governança), de modo a assegurar celeridade, definitividade e resolutividade nas ações reparatórias dos danos causados. Desde a instalação, ocorreram diversas agendas virtuais e presenciais, sobretudo em Brasília-DF (...) Feitos esses esclarecimentos, o MPMG mantém o compromisso de defesa dos direitos dos atingidos em todos os âmbitos de atuação, inclusive na Repactuação. (*Jornal A Sirene*, Mariana, ano 7, ed. 74, junho/2022, p. 8).

Com efeito, a seção “O direito de entender” é um espaço destinado à publicação de textos de especialistas, especialmente do campo jurídico, envolvidos com o processo de reparação, com vistas ao esclarecimento de questões de interesse do(a)s atingido(a)s. Essa seção existe desde os primeiros números do *Jornal A Sirene*, configurando a voz de uma autoridade (jurídica) em apoio à causa do(a)s atingido(a)s. No caso específico de (22), o Promotor

de Justiça Guilherme de Sá Meneghin apresenta um texto no qual reitera “o compromisso de defesa dos direitos dos atingidos”, explicando, através de um estilo técnico, mas também didático, o que já se chamava na época de Repactuação, enquanto renegociação dos acordos extrajudiciais firmados no passado, quais sejam, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), conhecido como “acordão”, firmado em março de 2016, que estabeleceu 42 programas de reparação e instituiu a criação da Fundação Renova; e o TAC Gov, homologado em agosto de 2018, para definir um sistema de governança que visava incluir as pessoas atingidas, o qual, segundo o jornal, jamais foi aplicado efetivamente.

A discussão sobre a Repactuação avança em 2023, sendo acompanhada de perto por *A Sirene*, com seus grupos de apoio e assessorias técnicas, reivindicando que o novo acordo seja participativo e informado pelas pessoas atingidas. Concomitantemente, assistimos aos estertores do conflito dramático entre *A Sirene* e a Fundação Renova, o que pode ser observado no exemplo abaixo:

- 20) A Renova tem divulgado em suas redes que é “tempo de entrega”, em referência ao início das entregas das casas supostamente concluídas nos assentamentos das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. O investimento financeiro nessa ação de marketing é alto: anúncios em todas as redes sociais, peças publicitárias em sites e publicações pagas. O que essa narrativa não conta, ou melhor, esconde é que também é “tempo de luta”. Há quase oito anos, é “tempo de luta” para milhares de pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce, que foram atingidas pelo crime socioambiental cometido por Samarco, Vale e BHP. Essas pessoas têm, cotidianamente, seus direitos violados (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 8, ed. 87, julho/2023, p. 12).

É bastante significativo o contraste apresentado no excerto (20) entre o que a Renova chamava de “tempo de entrega” e o que o(a)s atingido(a)s continua(m) chamando de “tempo de luta”, expressões que condensam o desenvolvimento desse acontecimento-intriga até o clímax de seu projeto dramático. Nesse sentido, o Jornal *A Sirene* acusa incisivamente a Renova de orquestrar uma “ação de marketing” com alto investimento financeiro na divulgação de “anúncios em todas as redes sociais, peças publicitárias em sites e publicações pagas”, configurando uma “narrativa” que “não conta, ou melhor, esconde” os quase oito anos de luta do(a)s atingido(a)s. O discurso de resistência do jornal se faz renitente, ao reiterar de forma contumaz que – “Há quase oito anos, é ‘tempo de luta’ para milhares de pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce, que foram atingidas pelo crime socioambiental cometido por Samarco, Vale e BHP. Essas pessoas têm, cotidianamente, seus direitos violados”.

Com efeito, o ano de 2024 pode ser concebido, em certos aspectos, como momento do desenlace do embate entre *A Sirene* e a Renova, a qual foi extinta, quando da homologação do Novo Acordo de Repactuação, chamado Acordo de Mariana, pelo STF no dia 06 de novembro, em razão da má governança no processo de reparação às vítimas do rompimento da BRF. Se, por um lado, a extinção da Renova pode ser interpretada como uma “etapa” da resolução do principal acontecimento-intriga do projeto dramático/narrativo do Jornal *A Sirene*, por outro lado, compreendemos que esse acontecimento se desdobra dinamicamente em outro, a saber, o da Repactuação, que dá continuidade à narrativa do jornal na luta pela reparação dos danos e pela efetivação de seus direitos. É o que podemos perceber no editorial da edição nº 101:

21) Editorial

Neste mês de novembro, completaram-se nove anos do maior crime socioambiental do Brasil, ocorrido em Mariana, em 2015. Paralelamente a isso, ainda neste mês, vivemos um momento decisivo: o Acordo de Repactuação, celebrado no Palácio do Planalto em Brasília. Embora o Acordo apresente avanços, com a ampliação dos recursos destinados à reparação e criação de fundos específicos para populações indígenas, quilombolas, garimpeiros, mulheres e agricultores familiares, ele ainda está longe de suprir as demandas de uma reparação integral.

Neste processo, que se arrastou por anos, não podemos ignorar as insuficiências apontadas pelas próprias pessoas atingidas, como a exclusão de suas vozes durante as negociações e a persistente dificuldade em responsabilizar criminalmente as empresas envolvidas. Tal dificuldade foi evidenciada pela absolvição da Samarco, Vale, BHP e VogBr pelo Tribunal Federal da 6ª Região, menos de dez dias do marco de nove anos do rompimento da barragem de Fundão. (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 9, ed. 101, novembro/2024, p.16).

Esse editorial de novembro de 2024, que é um marco histórico do jornal também, ao se completarem nove anos do rompimento da BRF, deixa clara a posição do(a)s atingido(a)s sobre a sua luta e o sobre o novo momento vivido, o do Acordo de Repactuação. Se esse acordo é parcialmente elogiado por trazer avanços, é também criticado porque tais “avanços” ainda são insuficientes “para suprir as demandas de uma reparação integral”, de modo que não se podem “ignorar as insuficiências apontadas pelas próprias pessoas atingidas”, cujas vozes foram excluídas durante as negociações. O editorial denuncia, sobretudo, a continuidade da impunidade criminal das empresas responsáveis pelo maior crime socioambiental do país, as quais foram absolvidas em julgamento pelo TFR da 6ª Região, em Ponte Nova, numa data muito próxima à do marco de nove anos do acontecimento do rompimento da BRF, o que soa como uma espécie “deboche/sarcasmo” por parte dessa autoridade judicial. Nessa perspectiva, como atesta a conclusão do editorial, a narrativa do Jornal *A Sirene* continua sendo “uma ponte entre as histórias das pessoas atingidas e os ouvidos de quem ainda não se permitiu escutá-las”.

6 Conclusão

Neste artigo, analisamos a dimensão testemunhal e argumentativa que caracteriza a narrativa do(a)s atingido(a)s pelo RBF como uma forma de discurso de resistência ao poder hegemônico das empresas de mineração, através do Jornal *A Sirene*. Assim, destacamos inicialmente a noção de pessoas atingidas por esse crime socioambiental, para, em seguida, avançar na discussão sobre as relações entre memória e testemunho. Em nossa análise, buscamos mostrar que a identidade discursiva de atingido(a) foi se construindo juntamente com a produção do jornal, projetando um *ethos* coletivo por meio do qual a memória se (re)constrói pela via da narrativa testemunhal do(a)s atingido(a)s enquanto narradores e personagens protagonistas de suas lutas por reparação e por justiça.

Nessa perspectiva, recortamos excertos do jornal (desde o luto pela perda causada pelo rompimento da BRF até o novo acordo de Repactuação) que evidenciavam a construção de um enredo/intriga em que o conflito entre o(a)s atingido(a)s, como protagonistas, e a Fundação Renova (representante das mineradoras), como antagonista(s), era engendrado

como cerne do projeto dramático do Jornal *A Sirene*. Esse recorte buscou contemplar exemplos do percurso histórico e editorial do jornal desde o seu surgimento, como ferramenta de comunicação e preservação da memória e do patrimônio das comunidades atingidas, passando pelo seu amadurecimento até a sua consolidação como principal voz do(a)s atingido(a)s. Esse(a)s últimos(a)s, no processo de construção do jornal, em colaboração com grupos de apoio e de assessorias técnicas, deixaram de ser apenas vítimas, tornando-se, sobretudo, ativas na luta contra a injustiça, a impunidade e a manipulação dos fatos por parte das mineradoras e de sua influência sobre as autoridades legais.

Apesar das limitações inerentes à nossa análise, que não tem a pretensão de abarcar a complexidade e a riqueza semiótica e discursiva do Jornal *A Sirene*, cujo material é uma fonte inesgotável para pesquisas, acreditamos ter conseguido desenvolver uma abordagem consistente e dialógica de algumas estratégias discursivas presentes no jornal, focalizando aspectos relativos à sua narrativa testemunhal e ao seu discurso de resistência ao longo desses quase dez anos do rompimento da BRF.

Declaração de autoria

O artigo foi produzido pelos autores conjuntamente na sua integralidade.

Referências

AMOSSY, R. L'espèce humaine de Robert Antelme ou les modalités argumentatives Du discours testimonial. *Semen*, Besançon, n. 17, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/2362>. Acesso em: 31 maio 2024. DOI <https://doi.org/10.4000/semen.2362>.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 1, n.1, 2011, p. 129-144. Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias: poder, direito e religião*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

COMIDE, C. S. et al. (orgs.). *Dicionário crítico de mineração*. Marabá – PA: iGuana, 2018.

Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 0, fevereiro/2016. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em 19/05/2025.

Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 8, novembro/2016. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu. Acesso em 19/05/2025

Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, ed. 18, setembro/2017. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed18_issuu. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 2, ed. 20, novembro/2017. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 3, ed. 23, fevereiro/2018. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/jornal_a_sirene_-_ed.23_-_2_anos. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 3, ed. 29, agosto/2018. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/agosto_2018_issuu. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 4, ed. 39, julho/2019. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/junho_2019. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 4, ed. 43, novembro/2019. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/edi_o_43_novembro_issuu. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 6, ed. 60, abril/2021. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/edi_o_60_-_jornal_a_sirene_corrigida_ano_6_. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 7, ed. 71, março/2022. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/marco_2022_final_alta. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 7, ed. 74, junho/2022. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/sirenejunho_2022_alta. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 8, ed. 87, julho/2023. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/jornalasi-rene_julho_pdfatualizado. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 9, ed. 101, novembro/2024. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/mae_jornalasi-rene_novembro_menor_arquivo. Acesso em 19/05/2025.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

MENDES, P. H. A.; MENEZES, W. A. Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal A Sirene. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.26, n.3, 2016, p.1047-1073.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, L. Memórias e testemunhos: a Shoah e o dever da memória. *IPOTESI—Revista de estudos literários*, v. 11, n. 2, p. 89-103, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, p.07-28, 1993.

ORLANDI, E. P. Práticas Sociais de fabricação da memória. *Revista Rua*. Campinas, v. 26, n. II, p.511-527, nov/2020. DOI: <https://10.20396/rua.v26i2.8663436>

PAVEAU, M.-A. (2015). Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n.5, p. 137-161, 2015. Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/441>.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, R. M. O Jornal como lugar da memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. *OPIS Revista do Niesc*, v. 2, n. 2, p.67-75, jul/dez, 2002.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, p. 03-20, 2010.

SOUZA, T. R. de; CARNEIRO, K. G. O direito das “pessoas atingidas” à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v. 8, n. 2, p.187-209, 2019.

TOCAIA, L. M. Testemunhos de pessoas em situação de rua: quais são suas histórias de resistência? *Letrônica*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2024.1.46206>